

PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA
RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2015

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, às nove horas, a Comissão de Apoio, juntamente com o Sr. Pregoeiro, Ronerson Bueno, reuniram-se para o ato de análise e julgamento das impugnações interpostas pelas empresas **SENFFNET LTDA** e **TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA** contra o edital de **Pregão Presencial nº 66/2015**, referente a "contratação de empresa para gerenciamento de cartões combustível".

As impugnações, apresentadas tempestivamente, nos dias 11 e 16 de setembro, em apertada síntese, solicitam:

a) Quanto à empresa **SENFFNET**, a mesma faz as seguintes impugnações:

I – Anulação da exigência cumulativa dos itens 4.3 e 11.6.1 do edital, visto que tal exigência contraria as determinações legais, cabendo apenas a exigência de índice de liquidez geral como estipulado no edital;

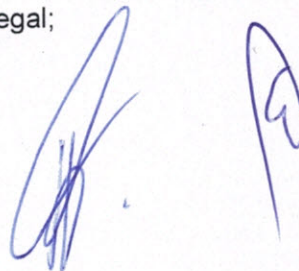
II – Aclaramento/ratificação, do item 11.6.1 do edital, vez que como supra exposto, de que o entendimento quanto a possível apresentação de taxa negativa de administração não corresponde aos interesses desse r. Órgão, pois, deixa a relação contratual muito vulnerável devido as imposições legais impostas as empresas responsáveis pela gestão de benefícios, inclusive, podem implicar na rescisão de contratos que preveem a aplicação de tal taxa;

b) Quanto à empresa **TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA**, a mesma faz as seguintes impugnações:

I – [...] a procedência da presente impugnação para que seja extirpada do edital impugnado, qualquer exigência que reflita na negociação entre a Empresa Vencedora e a sua rede credenciada, por ser a Administração Pública ilegítima para interferir nas relações particulares que não irão descaracterizar a prestação de serviço licitada.

A Comissão à vista dos autos passa a tecer as seguintes considerações:

1 – Preliminarmente para excluir ou modificar uma cláusula, antes se faz necessário verificar se, realmente, a mesma está incorreta, restritiva ou ilegal;



2 - Faz-se necessário frisar que nossos editais são pautados sob a legalidade e na busca do aperfeiçoamento e aprimoramento dos serviços;

3 – Quanto às cláusulas atacadas, a Comissão não acolhe as referidas impugnações pelos seguintes motivos:

a) Quanto ao recurso da empresa **SENFFNET** o mesmo trata-se de um recurso meramente protelatório, pois o mesmo ataca cláusulas que constam na própria lei e outras não carecem de maiores considerações, que são os itens 4.3 e 11.6.1:

“4.3. Qualificação Econômico-Financeira”

“11.6.1. Os lances serão pelo MENOR PERCENTUAL DE CUSTO (“TAXA”) DE ADMINISTRAÇÃO, sendo permitida a taxa zero ou negativa”.

O Artigo 27 da Lei 8.666/93 é claro e taxativo em seu caput, através de ato **vinculado**, ou seja, obrigatório, onde na habilitação das empresas **exigir-se-á** (diferentemente de poderá, discricionariedade), conforme inciso III:

III - qualificação econômico-financeira;

Já no seu artigo 31, a Lei limita sua solicitação em:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III – [...]

Destaque-se que a lei não faculta a utilização de um ou de outro, podendo solicitar todos, diferentemente do que a licitante entende. Não mencionamos o inciso “III”, pois o mesmo não foi solicitado. Este sim (III), juntamente com o §2º do mesmo artigo, vem sendo preterido, através de entendimentos dos nossos Tribunais de Contas, quando exigida a garantia do Artigo 56.

A ora impugnante utiliza-se ainda, equivocadamente, de uma interpretação jurisprudencial, tentando justificar a "facultatividade" das solicitações econômico-financeiras, do que entende ser para todo Artigo 31, quando a própria reiterou que a facultatividade, fl. 02 do recurso, trata-se apenas do §2º, que não foi solicitado. O que foi solicitado, apenas, foi a garantia do Artigo 56 e não a exigência de "capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo", destarte, denota-se que o recurso é meramente protelatório.

Ainda, apenas para não deixar passar em branco, a empresa faz menção aos índices adotados. Vejamos o que diz o Artigo 31 da Lei de Licitações em seu §5º:

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

Agora vejamos o que diz nosso edital em seu item 4.3, II a:

II – [...]

Ia - A comprovação da boa situação financeira far-se-á com base nos indicadores a seguir relacionados;

$$LC = \frac{AC}{PC} \text{ igual ou superior a } 0,8$$

$$LG = \frac{AC + ANC}{PC + PNC} \text{ igual ou superior a } 0,8$$

$$SG = \frac{AR}{PC + PNC} \text{ igual ou superior a } 1,2$$

Legenda:

LC = Liquidez Corrente

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

LG = Liquidez Geral

ANC = Ativo Não Circulante

PNC = Passivo Não Circulante

SG = Solvência Geral

AR = Ativo Real

Composição do Ativo Real - Ativo Total diminuído dos valores de duplicatas descontadas, despesas do exercício seguinte, empréstimo a coligadas/sócios/acionistas/diretores e Ativo Diferido.

Classificação final das empresas - As licitantes que apresentarem, **no mínimo, dois dos três indicadores**, iguais ou superiores aos estabelecidos neste item, obterão a classificação econômico-financeira, as demais serão inabilitadas.

[...]

Justificativa dos índices adotados:

LC - Liquidez Corrente: Calculada a partir da razão entre os direitos a curto prazo da empresa (Caixas, bancos, estoques, clientes) e as dívidas a curto prazo (Empréstimos, financiamentos, impostos, fornecedores). No Balanço estas informações são evidenciadas respectivamente como Ativo Circulante e Passivo Circulante. A partir do resultado obtido podendo fazer a seguinte análise: Resultado da Liquidez Corrente: Maior que 0,8: Resultado que demonstra folga no disponível para uma possível liquidação das obrigações; Se igual a 0,8: Os valores dos direitos e obrigações a curto prazo são equivalentes; Se menor que 0,8: Não há disponibilidade suficiente para quitar as obrigações a curto prazo, caso fosse preciso.

LG - Liquidez Geral: Este índice leva em consideração a situação a longo prazo da empresa, incluindo no cálculo os direitos e obrigações a longo prazo. Estes valores também são obtidos no balanço patrimonial.

SG - Solvência Geral: Este índice mostra a capacidade de pagamento da empresa tomando como base o seu ativo total, "quanto maior melhor".

Os índices adotados são usualmente utilizados e perfeitamente praticáveis no mercado atual. Estes índices são facilmente atingíveis por EIRELI, MEI, ME e EPP que corriqueiramente participam de nossos editais, sem contestações, quem dirá então o atendimento por grandes empresas do ramo, como as gerenciadoras de cartões eletrônicos. Ressalte-se que nossas cláusulas não são fechadas, sendo que neste mesmo item, destacado acima, ele solicita que sejam atingidos apenas dois índices dos três existentes, assim, é perfeitamente factível que uma empresa, líquida e solvente, atinja pelo menos dois índices solicitados. Estes mesmos índices já foram praticados em editais análogos, de maior valor, como o de vale alimentação, obtendo a participação de empresas sérias e atingindo um objetivo muito satisfatório para a Administração, com uma taxa negativa bem significativa.

Quanto ao item 11.6.1, outra questão absurdamente protelatória, a Comissão não entende como melhorar a forma de esclarecimento da mesma, pois, além de todas as cláusulas informativas do edital, apresenta ainda, no anexo II, cálculos exemplificativos que informam o que ocorre com a taxa zero bem como se ela for negativa, citando como exemplo um lance de -0,5% (menos 0,5 décimos por cento) com todos os seus resultados.

Com base no exposto, verifica-se o absurdo das solicitações, que não merecem prosperar, que chegam ao ponto de afirmar que a taxa negativa não reflete o interesse da Administração. Como pode a Administração que atende pelo Princípio da Proposta mais Vantajosa, um dos pilares da Lei 8.666/93, não entender como válidas e aceitáveis, taxas negativas de oferecimento de serviço, que trazem benefícios aos cofres públicos.

b) Quanto ao recurso da empresa **TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA** o mesmo também não merece prosperar, senão, vejamos:

A empresa irressigna-se contra a cláusula do edital 1.3.2 e 1.3.3, mas a mesma, em seu recurso, não reproduz o seu porquê e a sua explicação, que vem expressos no edital e que nos aduz:

1.3.2 – A licitante, durante a execução do contrato, deverá cobrar de seus estabelecimentos credenciados para os serviços com o Município, as taxas/custos usuais do mercado, ou seja, não ultrapassar a média máxima estimada de 4% (quatro por cento) de custo administrativo (“taxa”), sem nenhum custo adicional como: a) Aluguel/locação por máquina; b) Valor adicional por venda; c) Taxa de anuidade; d) Taxa de chamada telefônica; e) Custos de correio; f) Bancários; g) Adesão; h) Recebimento; i) Reembolso; j) Transferência de imposto; k) limitação

quantitativa para recebimento de vales por mês; l) Antecipação de reembolso com juros extorsivos e sem autorização; m) Cobrança de taxa operacional de reembolso ou qualquer outra taxa que não a administrativa.

1.3.2.1 – Tal exigência se deve ao fato de que o Município pretende preservar as relações de negócio em questão, respeito aos contratos, trabalhadores, consumidores e princípios gerais de Direito. Pretendemos evitar o efeito “bumerangue”, ou seja, evitar que empresas aventureiras apresentem ao Município “taxas administrativas” negativas excessivas, inexecutáveis, de tal forma que precisem ir ao mercado ressarcirem-se desse desconto exagerado, onerando os credenciados (postos) que, consequentemente, poderão embutir em seus preços o valor demasiado, onerando o valor de combustível para o Executivo Municipal.

1.3.3 – O reembolso aos estabelecimentos credenciados pela licitante deverá ser efetuado pontualmente, no prazo usual de mercado, ou seja, não ultrapassar a média máxima estimada de 15 (quinze) dias, independente da vigência do contrato, ficando estabelecido que o Município não responderá solidariamente nem subsidiariamente por esse reembolso.

Obs. Entende-se por média, itens 1.3.2 e 1.3.3, a situação ou posição que está igualmente distante dos pontos extremos. Número que se obtém dividindo o resultado de uma soma pelo número de parcelas somadas. (GRIFO NOSSO)

A ora impugnante nos traz alguns julgados de editais que **taxativamente** exigiam e solicitavam dias para pagamento e percentuais de práticas de mercado extremamente exíguos ou fechados, sem maleabilidade, interferindo no relacionamento da contratada com os estabelecimentos credenciados, o que, de certa forma, a Comissão coaduna com a mesma. Não obstante, nosso edital, de nenhuma forma, impõe ou engessa as práticas de mercado da licitante e suas relações comerciais. A Comissão apenas regula as relações a um mínimo aceitável para que os serviços ocorram dentro dos padrões de mercado.

O item 1.3.2 grifadamente solicita que as empresas utilizem-se das taxas usuais de mercado, não ultrapassando a “média”, novamente grifada, que hoje encontra-se em 4% (quatro por cento). Ainda no item 1.3.2, em seu subitem 1.3.2.1 explica o motivo de tal solicitação, a fim de evitar o efeito bumerangue, onde empresas aventureiras podem aproveitar o fato pregão, menor lance/percentual, e apresentar taxas impraticáveis, onerando seus parceiros, ressarcindo-se dos credenciados que, consequentemente, ao participarem de nossas licitações, devolverão a taxa negativa cobrada, embutida em seus produtos, fazendo com que o Município não só tenha por infrutífera a intenção deste edital, como venha adquirir produtos (combustíveis, lubrificantes...) mais caros.

Já no item 1.3.3, grifadamente solicita que as empresas sejam pontuais e não ultrapassem a média, novamente grifada, que hoje encontra-se em 15 (quinze) dias. Esta cláusula justifica-se para que as empresas não sequestrem os valores, além do razoável, para pagamento de seus credenciados.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'P' followed by a flourish.

Não carecendo de maiores considerações acerca das solicitações das práticas usuais de mercado, através do termo “média”, a Comissão preocupou-se em esclarecer ainda mais, constando uma observação sobre a mesma, grifada acima. Conforme podemos perceber, para que se obtenha uma média de 4% de taxa, faz-se necessário que no mercado existam taxas bem superiores, que acreditamos que, no atual momento de inflação, nenhum credenciado aceitaria praticar, dando-se por infrutífero um dos intuitos deste edital, que é o de um mínimo aceitável de estabelecimentos credenciados, tendo em vista que muitos veículos do Executivo Municipal, como ambulâncias, circulam fora de nossa Região, necessitando de pelo menos um posto em seu trajeto.

No que tange a matéria sobre o pagamento, o respeito a média, tendo o Credenciado (posto) efetuado o serviço, qual o motivo, na atual relação privada Credenciadora e Credenciado, de se sobrepujar ao seu parceiro, retendo seu ressarcimento, já efetuado, em mais de 15 (quinze) dias, sendo que para que esta média seja alcançada, conforme o exposto, devem existir no mercado empresas praticando retenções superiores a esta meta, que entendemos ser exploratória.

Reiteramos que nossas cláusulas não são estanques, elas são maleáveis e não estão interferindo nas relações comerciais, apenas regulando-as, para que permaneçam nas médias usuais de mercado, afastando aventureiros e preservando a economicidade e bom andamento das contratações.

Verificamos que a ora impugnante em nenhum momento aponta ou traz documentos, motivos, de qual seria o real prejuízo que estaria enfrentando com as referidas cláusulas, a não ser, nos levar a pensar, de que pretende se utilizar das práticas censuráveis apontadas, preocupando-se, apenas, em atacar a tentativa do Município em afastá-las.

Ao estabelecer média e práticas usuais de mercado, o Município, EM NENHUM MOMENTO, estabelece cláusula definitiva em suas exigências. O Município PRESERVA, com estes atos, a defesa da ordem econômica e livre concorrência, respeito aos contratos, e outros princípios, todos direitos previstos Constitucionalmente:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Em nenhum momento o Município pretendeu intervir no domínio econômico, mas sim evitar, como já exposto, o efeito de “vai e vem”, bem como o desrespeito ao mercado. Se houve algum

tipo de controle, este foi apenas de legalidade, apresentando a maleabilidade de trabalho através da solicitação de prazos e taxas contemporâneas, de acordo com a média do mercado. Para se atinja a **MÉDIA** máxima de **4%** (quatro por cento) ou **15** (quinze) dias para pagamento, que consideramos extremamente EXCESSIVA, é por que as taxas/dias usuais de mercado, encontram-se, neste momento, nos seguintes patamares:

Ex. 01**OU EX.02**

Credenciado 01 = taxado por credenciadora em **5%**
Credenciado 02 = taxado por credenciadora em 1%
Credenciado 03 = taxado por credenciadora em **7%**
Credenciado 04 = taxado por credenciadora em 2%
Credenciado 05 = taxado por credenciadora em **6%**
Credenciado 06 = taxado por credenciadora em 3%

Credenciado 01 = taxado por credenciadora em **5%**
Credenciado 02 = taxado por credenciadora em 0,3%
Credenciado 03 = taxado por credenciadora em **7%**
Credenciado 04 = taxado por credenciadora em 1%
Credenciado 05 = taxado por credenciadora em **9%**
Credenciado 06 = taxado por credenciadora em 1,7%

Nesse mesmo íterim, as médias de prazo de pagamento deverão ser:

Ex. 03

Credenciado 01 = com ressarcimento em até 05 dias.
Credenciado 02 = com ressarcimento em até **30** dias.
Credenciado 03 = com ressarcimento em até 10 dias.
Credenciado 04 = com ressarcimento em até **20** dias.
Credenciado 05 = com ressarcimento em até 07 dias.
Credenciado 06 = com ressarcimento em até **18** dias.

Note-se que para atingir uma média extremamente alta como esta, estabelecimentos como os credenciados 01, 03 e 05 (exemplo 01 e 02) estariam sendo onerados em taxas administrativas abusivas acima de 5% (cinco por cento), sendo que a maioria dos estabelecimentos tem cobrança de taxa inferiores a 4% (quatro por cento). Em seis credenciados, em nenhum dos exemplos dados a taxa se repetiu. Já no exemplo 03, percebemos que os credenciados 02, 04 e 06 estariam sendo ressarcidos acima de 15 (quinze) dias, sendo que um deles estaria tendo seu dinheiro retido, em absurdos 30 (trinta) dias, ou seja, um mês, o que, para pequenas empresas, pode inviabilizar e onerar rigorosamente suas atividades.

Desta forma, se houvesse alguma prática absurda ou abusiva, seria a de retirar ou impedir o disposto neste edital, particularmente o entendimento destas cláusulas (1.3.2 e 1.3.3), completamente viável, plausível e explicitado, que visa o monitoramento do serviço, ou, analogamente como chamamos na Administração Pública, apenas um “controle finalístico”, de legalidade, sem subordinação ou interferência, contra a prática ilícita e abusiva do mercado.

Verificamos que o valor das taxas e o sequestro do valor das transações comerciais, acima da média estimada do mercado, ultrapassam o bom senso e vem de encontro a tudo o que as empresas tentam dizer que “estaria o Município infringindo”, ou seja, os princípios da legalidade, finalidade, valores sociais do trabalho, da livre iniciativa etc.

Nesse sentido temos o Parecer 10/2009 do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul que tem, em uma de suas passagens, pensamento muito semelhante ao explanado:

[...]

Ora, se inexistente a “taxa de administração”, em benefício da contratada, **onde estará a “retribuição”?** Na transferência (temporária, caracterizando uma cessão de direitos) da exclusividade de que desfrutará a contratada em viabilizar, através de sua rede conveniada, o fornecimento de combustíveis à Administração Pública. Esta exclusividade é um bem intangível, pertencente à Administração Pública, que será transferido à contratada, podendo ou não ser acompanhado do pagamento de “taxa de administração”. É este ativo que oportunizará, eventualmente, que a “prestadora de serviços” (para a Administração Pública) obtenha sua “retribuição” por via indireta, no contrato que manterá com sua rede conveniada.

Vale destacar, ainda mais uma vez, o que constou no item “b” da manifestação da Consultoria Técnica, no sentido de que “as ações desenvolvidas pelo contratado, em especial, gestão e controle do abastecimento da frota, não afastam a responsabilidade da Administração, exemplificativamente, no que se refere aos necessários atos tendentes à liquidação da despesa pública, momento em que, inclusive, deverá aferir a correção dos valores praticados pelo combustível que tiver sido consumido em determinado período”. **A “retribuição” da prestadora de serviços, mesmo se não for feita diretamente através da “taxa de administração”, por óbvio não poderá resultar em sobrepreço dos combustíveis, em relação ao que é praticado pelo mercado, pois este mecanismo “indireto”, na medida em que resultaria em ônus para a Administração Pública, conflita com os princípios constitucionais da eficiência (Constituição Federal, Artigo 37, caput) e da economicidade (Constituição do Estado, Artigo 19, caput). (GRIFO NOSSO)**

Salutar este entendimento e inimaginável, até mesmo infantil, a imputação de entendimento contrário de que a onerosa solicitação de retribuição, por via indireta, através da empresa credenciante sobre sua rede credenciada, fora dos padrões usuais (média), não resultem em sobrepreço dos combustíveis em relação ao praticados no mercado, resultando em ônus ao Município, dando-se por infrutífera a finalidade desta licitação e demais realizadas para aquisições comuns de combustível.

Após as considerações preliminares, apenas para não deixar passar em branco, é notável a tentativa de derrubar e deturpar as cláusulas de um edital límpido, que tem o condão de preservar as relações Município x Servidor x Empresa, não se preocupando apenas quanto ao aspecto material, mas também com a finalidade pública a que se destina.

Nesta seara, por analogia ao serviço de vale alimentação, que apresenta o mesmo sistema, e que tem por prática ser até 2% (dois por cento) mais "oneroso" que o de combustível:

Varejo reclama das taxas cobradas por empresas de cartões

Enviada por danilo.demedeiros@sebrae.com.br em sexta-feira, 22 de maio de 2009

Diagnóstico do BC constata que a verticalização do setor "gera ineficiência"

"Antes, as operadoras de cartão diziam que as taxas eram altas porque não havia escala. 21 de maio de 2009 Fonte: Valor Econômico

Diagnóstico do BC constata que a verticalização do setor "gera ineficiência" "Antes, as operadoras de cartão diziam que as taxas eram altas porque não havia escala.

Agora, há escala, mas eles não mexeram nas taxas". A reclamação é João Baptista Júnior, diretor da rede Rei do Mate e coordenador do comitê das varejistas de alimentação na Associação Brasileira de Franchise (ABF).

Segundo Baptista Júnior, os meios eletrônicos de pagamentos (vale refeição, cartão de crédito e débito) já representam 30% das vendas da rede de cafeterias, que recebe uma grande parte dos pagamentos à vista. Nas redes de fast-food, os cartões têm uma participação ainda maior, em torno de 50%. Nas redes de restaurantes, esse percentual já atinge até 70%.

Para Baptista Júnior, os valores cobrados são "desproporcionais e absurdos". "Os percentuais são mais altos que os impostos que os pequenos estabelecimentos pagam com o Simples. Há uma clara distorção", afirmou o executivo.

Os estabelecimentos pagam às operadoras de cartões 6% do valor da transação para pagamentos com vale refeição. A taxas dos cartões de débito variam entre 1,8% e 3% , enquanto as taxas do cartões de crédito oscilam entre 2,5% e 3%. Além disso, as empresas que fornecem os terminais cobram R\$ 60 de aluguel por mês por máquina.

De acordo com o diretor da ABF, Ricardo Camargo, vários estabelecimentos franqueados não conseguem arcar com o custo do uso do cartão. Os lojistas acabam sendo obrigados a não aceitar os cartões, mas correm o risco de perder clientes, diz Camargo. "Trata-se de um contrassenso econômico soberbo. O governo baixou as taxas de juros, mas as dos cartões continuam elevadas", disse o executivo.

As varejistas, sobretudo as redes de menor porte, alegam que as altas taxas cobradas pelos bancos e bandeiras de cartões elevaram os custos operacionais com a disseminação dessa forma de pagamento nos dois últimos anos. Como grande parte dos pagamentos que antes era feita em dinheiro ou cheque agora é feita com cartão, a "mordida" dos cartões no faturamento dos estabelecimentos comerciais passou a ser maior.

O economista-chefe da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) Marcel Solimeo, espera que o Banco Central melhore as práticas da indústria de cartões. Ele disse que a Associação é frequentemente procurada por varejistas descontentes com as empresas de cartões. "As queixas são mais frequentes entre os pequenos lojistas", afirmou Solimeo.

Os principais motivos de reclamação dos lojistas são as taxas cobradas, o custo do aluguel das máquinas (POS) e o fato de ser necessário ter um equipamento para cada bandeira. Como os grandes varejistas acabam conseguindo condições melhores dos cartões, os pequenos ficam em desvantagem.

O governo está atento a essa situação e prepara medidas. Estudo feito pelo Banco Central divulgado no início de abril constata que a indústria brasileira se caracteriza por uma

verticalização, que "gera ineficiência por minimizar possíveis ganhos de escala e introduzir barreiras à entrada no mercado". Conforme antecipou o Valor na coluna da página A2 da edição de ontem, o governo prepara medidas para combater a concentração, especialmente nos negócios de credenciamento. As empresas adquirentes do setor de cartões não quiseram comentar a intenção do Banco Central. A Visanet alegou, por meio da assessoria de imprensa, que está no período de silêncio que antecede o processo de abertura de capital e lançamento de ações. A Redecard afirmou que qualquer manifestação a respeito seria feita pela associação do setor, a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs). A Abecs afirmou, por meio de nota, que "prefere não se manifestar sobre o assunto neste momento".

A expectativa é que as empresas do setor se manifestem a respeito do assunto no prazo final de entrega de críticas e sugestões ao diagnóstico sobre a indústria de cartões feito pelo Banco Central. O prazo para entrega das sugestões termina em 30 de junho. A presidente da CVM, Maria Helena Santana, disse em Brasília que, no lançamento de novas ações, as empresas de credenciamento de cartões "terão que deixar muito claro nos prospectos, essa tendência da regulação". Ela explicou que é preciso que os potenciais compradores dos papéis sejam informados "com muita transparência", o que exige das empresas que lançarão os papéis incluir nos prospectos uma avaliação sobre a possibilidade de desconcentração. (<http://www.comunidade.sebrae.com.br/comercio/Artigos/29881.aspx>).

ainda,

Empresários da região também reclamam de taxas das operadoras

Publicado em: 05/07/2012 09:23 | Atualizado em: 23/02/2013 – 17:56

Gilmar Passaia, presidente do Sindicato do Comércio Varejista (Sindicom), de Francisco Beltrão, diz que os cartões Visa e Master são os principais, "daí vem os pequenos". **Ele avalia como muito alta a taxa cobrada pelas empresas de cartões de crédito, de 3% a 7%. "Tem alguns que cobram até 9%", salienta.**

O líder empresarial cita que há empresas que cobram, de taxa mínima, de 3% a 4% de estabelecimentos grandes, que trabalham com as faixas de público A e B. E dos pequenos, as operadoras de cartões cobram taxas de 5% a 6%.

Gilmar argumenta que "devido à baixa concorrência é que tem este custo alto".

Para Ulisses Piva, vice-presidente do Sindicomércio (Sindicato Patronal do Comércio Varejista de Pato Branco e Região Sudoeste), a situação não mudou tanto quanto se esperava, quando das medidas adotadas, há dois anos. Segundo Piva, as administradoras de cartão de crédito cobram comissões, com percentuais que variam de acordo com o tamanho das empresas.

"Comparando com a taxa de inflação e os juros dos bancos, os valores cobrados pelas administradoras de cartão de crédito estão muito acima", observa o vice-presidente do Sindicomércio.

"Somos a favor da livre concorrência. A redução dos valores seria benéfica para o comércio e para os consumidores", destaca Ulisses Piva. (<http://www.jornalbeltrao.com.br/negocios/empresarios-da-regiao-tambem-reclamam-de-taxas-das-operadoras-76022/>). GRIFO NOSSO

O renomado jornal Estadão de São Paulo também publicou matéria acerca do assunto:

Governo mira as taxas cobradas pelos cartões.

Empresas pagam 4% sobre as transações com cartões de débito e crédito e 6% nos negócios com vale refeição. 28 de setembro de 2012 | 3h03

TÂNIA MONTEIRO / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

As taxas cobradas dos lojistas pelas administradoras de cartão de crédito estão na mira da equipe econômica, por ordem da presidente Dilma Rousseff. Foi o que informou ontem o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci, após audiência com ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, na qual pediu providências em relação a esse problema. Também participou da reunião o ministro do Turismo, Gastão Vieira.

As empresas de cartão de crédito cobram uma taxa de 4% nas transações com cartões de crédito e débito e de 6% nos cartões de vale refeição, explicaram Solmucci e Vieira. Eles disseram que esses valores são "abusivos", pois em outros países do mundo, como os Estados Unidos, elas são da ordem de 1%.

Segundo relato do presidente da Abrasel, Gleisi repetiu "por pelo menos três vezes", que "este assunto já havia sido encaminhado pela ministra à presidente Dilma e que a presidente determinou ação do Ministério da Fazenda e do Banco Central nesta direção".

A ministra teria acrescentado que Dilma já "está entrando fundo nesta questão" das taxas de administração. Em seu discurso do dia da Independência, Dilma criticou os juros dos cartões. Eles foram classificados de "escorchantes" pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, em entrevista ao Estado.

O setor quer que as máquinas, sejam elas Cielo, Redecard ou qualquer outra, aceitem qualquer cartão. "Em qualquer país do mundo qualquer maquininha recebe qualquer bandeira", desabafou.

Intervenção. Ele disse que o setor não quer intervenção, mas quer que o governo use o Banco do Brasil para baixar estas taxas de administração, a exemplo do que fez com juros do cheque especial e cartão de crédito. "O impacto seria superior à desoneração da folha de pagamento", afirmou Solmucci.

Vieira, disse que foi o intermediário da reivindicação do setor porque "precisa desonerar este setor, que ainda é muito fechado e precisa ser mais competitivo". Segundo o ministro, o governo está comprometido que se estimule mais a competição. O objetivo, explicou, é o Brasil conquistar o turista brasileiro que está indo para o exterior.

O ministro do Turismo defendeu ainda a construção do PAC Turismo.

(<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,governo-mira-as-taxas-cobradas-pelos-cartoes-,936936,0.htm>)

Fora os casos práticos reais, poderíamos relacionar milhares de reportagens que fundamentam e sustentam as exigências do edital, sendo que apenas para finalizar, cotejamos mais uma reportagem publicada no site da ABRASEL (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes):

Depois de pressionar pela queda dos juros e das tarifas bancárias, intenção é forçar a redução das taxas cobradas nessas operações

O Palácio do Planalto já escolheu um novo alvo na guerra pela redução dos custos financeiros da economia. O ataque agora será sobre as taxas de administração das máquinas de cartões de crédito e débito.

Depois dos juros e das tarifas bancárias, a equipe econômica tem olhado com lupa para esse mercado que cobra, em média, 4% do valor de cada operação nos cartões de crédito, e de 6% nos vales refeições. O governo federal considera essas taxas "muito elevadas".

A presidente Dilma Rousseff cobrou estudos do Ministério da Fazenda e do Banco Central (BC) para reduzir essas taxas, em movimento acompanhado de perto pela Casa Civil. Em outra frente, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) pautou essa discussão em um dos conselhos do Brasil Maior e deve apresentar uma proposta até o fim de novembro.

Dominado hoje pelas empresas Cielo (ex-Visanet) e Redecard, que representam cerca de 90% das maquinetas adquiridas pelo comércio, o mercado trabalha com três taxas: de administração (ou desconto), que incide sobre cada operação realizada com cartões entre clientes e lojistas; de aluguel, pela posse de cada máquina; e de exclusividade.

Ainda que, por decisão do BC, desde julho de 2010 tanto Cielo quanto Redecard são obrigadas a aceitar cartões Visa e Mastercard, as companhias do setor não recebem todas as bandeiras.

A Cielo tem exclusividade do American Express (Amex) e do Elo, além dos vales refeição Alelo e do Visa Vale. Já a Redecard é a única que aceita Sodexo, Ticket Refeição e Hipercard.

Extinção. Na última quinta-feira, em congresso realizado em São Paulo, o diretor de Política Monetária do BC, Aldo Mendes, deixou claro o incômodo do governo com a persistência do mercado em trabalhar com exclusividade em algumas bandeiras de cartões. Mendes defendeu que o movimento iniciado pelo Banco Central em 2010 caminhe para o "fim das exclusividades que ainda existem".

Para o diretor do BC, "ainda existem cláusulas de uso exclusivo de equipamentos para captura de algumas bandeiras e de vouchers alimentação, prática essa que o BC gostaria de ver reduzida, senão extinta em curto espaço de tempo".

No mesmo dia, as ações da Cielo caíram 5,3% na BM&FBovespa. Após a pequena recuperação verificada na sexta-feira, os papéis da companhia fecharam a semana com queda acumulada de 2,8%. Desde o fim de setembro, quando a concorrente Redecard teve seu capital fechado após o Itaú Unibanco adquirir todas as ações, os papéis da Cielo tombaram 17%.

Em carta endereçada à presidente Dilma Rousseff e entregue pessoalmente à ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, a que o Estado teve acesso, o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci, ataca essa exclusividade: "Para que um restaurante possa receber todos estes meios de pagamentos, ele tem de trabalhar com várias maquinetas e se submeter às extorsivas taxas que a ausência de competição ampla permite", afirmou, ao comentar as taxas médias de 4% e 6% cobradas pelas empresas para cartões de crédito e vales refeição, respectivamente.

Pressão. Uma nova pressão do governo sobre as empresas deve ocorrer até o fim do ano para derrubar esses acordos de exclusividade. Quanto à taxa de mensalidade pelo porte das máquinas, o governo nada deve fazer.

O aluguel, que estava, em média, em R\$ 61 no início de 2010, caiu para R\$ 52 pouco depois das medidas tomadas pelo BC naquele ano. Mas, em junho deste ano, o BC apurou que a taxa média de aluguel das máquinas de cartões estava em R\$ 64.

Os estudos tem se concentrado principalmente na taxa de administração. Um dos caminhos estudados é utilizar a participação que o Banco do Brasil (BB) tem na Cielo (em parceria com o Bradesco) para forçar a redução das taxas. Procurado, o BB negou oficialmente que esteja estudando o assunto.

Segundo fontes do mercado, economistas do governo já discutiram com representantes dos bancos (públicos e privados) sobre o mercado de máquinas de cartões.

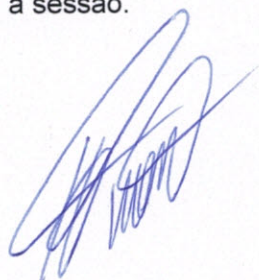
Procurada pela reportagem a direção da Redecard disse que não poderia se pronunciar sobre o assunto porque está em um "período de silêncio" após a operação de fechamento de capital. Já a Cielo preferiu não fazer comentários.

Fonte: O Estado de S.Paulo

<http://www.abrasel.com.br/index.php/atualidade/noticias/1742-221012-maquinhinhas-de-cartoes-de-credito-e-debito-estao-na-mira-do-governo.html> GRIFO NOSSO

Consoante o bosquejado, podemos perceber que o edital em nenhum momento interfere nos negócios das empresas, apenas solicita que as mesmas utilizem-se da média atual do mercado. Fica claro a tentativa de distorcer e impedir que o edital atinja o fim a que se destina, ou seja, a proposta mais vantajosa e o interesse público. A preocupação do Tribunal de Contas com a retribuição pela via indireta, bem como a insatisfação dos atingidos por essa relação triangular demonstra-se evidente no parecer e nas reportagens transcritas acima. Desta forma não vislumbramos óbice pela continuidade do certame.

Encaminham-se os autos ao Sr. Prefeito Municipal para deliberação, sobre o acolhimento ou não do parecer da Comissão, determinando a manutenção ou retificação do edital. Esta ata encontrar-se-á, também, no site do município www.vacaria.rs.gov.br e mural. Nada mais havendo a relatar, o Sr. Pregoeiro encerrou a sessão.

A blue ink signature, likely of the Mayor, written over the printed text.

Acolho parecer da comissão, dando prosseguimento ao edital.

17/9/15
Poi